



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rua Ipiranga, 60 – Centro  
CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.


Ata 15/2023

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às 18:16 horas, em primeira chamada se reuniram os conselheiros municipais de saúde, na sede da Casa dos Conselhos, sito a Rua Ipiranga, 60, Centro da Cidade de Canoas, em reunião ordinária do CMS. O Presidente saúda os presentes e revela a pauta da reunião: Informações da Mesa, Saúde do Homem, Serviço de Odontologia, Outubro Rosa e assuntos gerais. O Presidente saúda os presentes, relatando a satisfação de cumprir os requisitos para a emissão de Decreto, pelo Prefeito Jairo Jorge da Silva, com a composição do Conselho Municipal de Saúde de Canoas. E cita os trinta e dois conselheiros nominalmente e por representação, O Regimento do Conselho permite a inclusão e substituição de representações, ficando assim definidos os nomes: Ana Paula Macedo e Fernanda Kamianecki, (titulares), Catarina Marques Pinto e Leonardo Buonocore, (suplentes) , pela Secretaria Municipal de Saúde; Vanessa Rafaela Ribeiro e Leandro Abreu da Secretaria de Gestão Hospitalar, Diego Santa Helena (titular) e Valdir Jung(suplente) da Fundação Municipal de Saúde, Álvaro Fernandes(titular) e Angélica Bellinaso (suplente) , pelo Pronto Socorro de Canoas, Rogerio Alves Votto (titular) e Joice de Oliveira Dornelles (suplente) , Pelo Hospital Nossa Senhora das Graças, Edeimar Paula da Costa (titular) e Luciana Feldens (suplente), pelo Hospital Universitário de Canoas e Ana Maria Viezzer e Mara Elaine Cruz Tomazewski, pela Liga Feminina de Combate ao Câncer. Estes como representantes de 25% do CMS, do Segmento Governo e Prestadores de Serviços. Como representantes do segmento Profissionais de Saúde, Paulo Jesus Nader e Luciano Zuffo, dos médicos, Bruno Veloso Fracasso (titular) e Agnes Ivana Koetz Aloisio (suplente), da Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Denize Macedo Ziliotto (titular) e Maria Isabel Holleben (suplente), dos Psicólogos. Valmir Dal Mass (titular) e Patrícia Nunes (suplente), dos odontólogos, Maria Helena Alves Ernesto (titular) e Daniela Pedroso de Campos (suplente), do Sindisaúde e Eduardo Elias Dias Soares (titular) e Filipe Duarte Rodrigues(suplente). Os usuários compõe metade dos componentes do Conselho Municipal de Saúde, conforme Lei 8080 e ficou composta por Mario Antonio Dhein e Margareth Leite Maciel (titulares) e Zaira Ribas e Janete Flores da Silva (suplentes), dos Movimentos Comunitários, Aline da Costa (titular) e Lucas Funghetto Lazzaretti (suplente), da OAB, Ivo Nunes Dias (titular) e Mauro Otávio Guedes da Silva (suplente), da ATAPEC), Maria da Graça Santos Oliveira (titular) e Maria Noeli de O. Monteiro (suplente), da CNBB, Ana Edilia Flores Mossate (titular) e Fabiane Lara Santos (suplente), do Direito das Mulheres, Júlio Freitas (titular) e Luiza Alice Tomaz da Rosa (suplente), as Saúde da População Negra. Edna Alegro (titular) e Lucia Vargas da Cunha (suplente), das Pessoas com deficiência, Silvio Roberto Lopes Bicca (titular) e Ederson de Brum Santos (suplente) dos Sindicatos dos Trabalhadores Urbanos, Cristiane Bortoncello (titular) e Maria Regina Ronchetti (suplente), José Francisco Farias dos Santos (titular) e Leonardo Oliveira (suplente), da ASMC, Eduardo Antonio Favero (titular) e Itamar Rodrigues (suplente). Dos clubes de Serviço, Jeaniffer Karen Alves de Souza (titular) e Isabela Luzardo Monteiro (suplente), do grupo LGBTQ+ e Nedi Henriques da Silva e

Neidarlan Dalfolo Ribeiro (titulares0 e Cristiane Garcia Souza de Freitas (suplente), dos Conselhos Locais de Saúde. Serão trinta e dois conselheiros. Representando, conforme a lei, cinquenta por cento de usuários, vinte e cinco por cento de Profissionais de Saúde e vinte e cinco por cento de Governo e Prestadores de Serviços. O Presidente questiona a Plenária e esta homologa, ficando definida que os conselheiros que serão indicados no Decreto, ao senhor Prefeito, serão os aprovados; Lembra o Presidente que o Prefeito apenas acata o que a Plenária define, em relação as suas representações. Informa o Sr. Presidente que a secretária de expediente do CMS entrará de férias dos dias dezesseis a dois de novembro do ano corrente e que já entrou em contato com a Secretaria de Saúde para que mande alguém para substituí-la. A conselheira Aline sugere uma estagiária. Informa que estiveram em reunião um pouco antes, a fim de conhecer os resultados da ida de comitiva a Brasília, a fim de buscar recursos para enfrentar os problemas na saúde de Canoas e o teor do Plano de ação anunciado pelo Prefeito. Relembra a Plenária que a Mesa Diretora e a Comissão de Trabalho do CMS estiveram em reunião com os três hospitais e a Secretaria de Gestão Hospitalar para discutir o atendimento aos usuários na rede hospitalar e anteriormente com a SMS, em um debate transparente do que está acontecendo em Canoas. Diz que o problema é que faltou dinheiro e sem dinheiro a saúde não funciona. Reitera que o conselho não ficou omissivo e que o dinheiro existe e está a disposição, mas, até o momento nós tínhamos medo de pedir e agora gostaríamos de ouvir do Gestor, o que será feito e para isso, convida a secretária Ana Macedo para expor acerca deste planejamento e diz que pediram um projeto exequível e que representassem a realidade de Canoas. A servidora explana que a estratégia se baseia em três pontos básicos. O aumento do teto MAC ( Média e Alta Complexidade) para o município, ou seja, a diferença entre o valor de repasse mensal, que é de R\$ 7.670.276,29 e o valor real de gastos com o serviço, que é de R\$ 9.513.667,74, com uma diferença contra o município de R\$ 1.524.102,37, por mês. Menciona que na entrevista do Prefeito, antes de expor o Planejamento explicou o que a muito viemos discutindo, que é a redução de receitas, por diversos motivos, como redução do ICMS, crise na Petrobrás, o Programa Assistir, que vem retirando serviços da rede e a conseqüente redução nas receitas de Saúde. Requisitaram a atualização relativa, ao período máximo permitido, de Janeiro/23, para cá, retroativamente. A efetivação do Hospital Universitário com Hospital de Ensino, reforçando que o HU já é habilitado desde 2016, porém nunca recebemos valor, por ser privado, quando da requisição. Dizendo que o argumento para o efetivo pagamento dos valores relativos à área de educação, se reflete no atendimento de mais de oitenta por cento SUS e referência a população em vulnerabilidade econômica. Diz que pelo porte do HU, pois temos mais de quinhentos leitos, os recursos gerados seriam de um milhão e meio de reais, mês e por último o recebimento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS), que é concedido pelo Ministério da Saúde a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como Entidade Beneficente de Assistência Social para a prestação de serviços na Área de Saúde e que é exigido pela Receita Federal, para isenções e contribuições sociais, como a parte patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento a contribuição social sobre lucro líquido, entre outras, que resultaria numa economia de 27,5%, no pagamento de tributos, algo em torno de dois milhões e meio de reais, mês. Conselheiro Eduardo explica que alguns empecilhos, tendo em vista que a lei que regula, hoje a concessão, não permite, e que ingressaram com novo procedimento judicial para tentar utilizar a analogia de período,



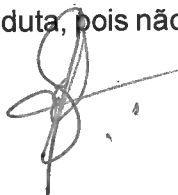
ligando o novo processo ao anterior. A secretária Ana, concorda e diz que foram em busca de todos os atores do processo, o DERAC ( Diretoria de Regulação e Auditoria e Controle do Ministério da Saúde, Gabinete da Ministra e Gabinetes de deputados e senadores e onde captam emendas, que possam atender as aspirações e objetivos. Já conseguiram emenda de um milhão e oitocentos mil reais. Diz a secretaria Ana que o estado virá no dia de amanhã, para avaliar o pedido feito e ver sua viabilidade. Revela que nova portaria será editada. Abriram novo processo no Sistema Eletrônico Integrado (SEI). O conselheiro Eduardo diz que analisou a documentação enviada e verificou a urgência da implantação do Planejamento, com brevidade, a fim de evitar maiores prejuízos e melhora da situação da saúde do município e que para que o aumento do Teto de Média e Alta Complexidade (MAC), seja encaminhado, será necessária uma Resolução do CMS. A secretária Fernanda reforça a necessidade e diz que só estão pedindo, o que está já sendo feito e que é provado, pelo próprio sistema do Ministério da Saúde, dizendo que não recebemos por isso. O conselheiro Eduardo pede ao Presidente que, se possível, coloque em votação, extraordinariamente, autorização para que posso o Conselho emitir esta autorização de encaminhamento ao MS. O Presidente aceita a colocação do conselheiro Eduardo e pede posição da Plenária sobre o assunto e abre a perguntas, A conselheira local Leticia pergunta se este acréscimo de valor seria constante e a secretária Ana responde que sim, pois espelha a produção. Acredita que as providências mencionadas, resolverão em muito a situação vivida atualmente. Após breve debate, o Presidente Mário coloca em votação o pedido de autorização. A Plenária autoriza a votação e aprova por quinze votos favoráveis e nenhum contrário ou abstenção. O Presidente Mário entrega ofício a Secretaria de Saúde, disciplinando o que foi acertado com o Departamento de Recursos da SMS, acerca do horário da secretária de expediente Rita, que trabalhará das 09:00 horas às 15:15 horas e que quando participar das reuniões do CMS, será emitido atestado de participação e a secretaria decidirá, se pagará hora extra ou compensará o horário. No início do mês, a servidora Carmem, do RH, lhe levará a efetividade, para que seja rubricada. A secretaria Fernando diz que foi perfeito o arranjo. A secretaria Rita coloca o e-mail e telefone do CMS no quadro de avisos. Terminada a primeira matéria, o Presidente diz que a Saúde do Homem ficará para a próxima reunião e solicita quem irá apresentar os dados sobre o Outubro Rosa, A secretaria Ana diz que será ela e ao começar a citar os dados, se diz preocupada com o aumento de casos de Câncer de Mama, que houve aumento. É o mês para nos preocuparmos em discutir, mas não só ele. Menciona que existem casos em homens e que, por estatística, 90% dos casos são curáveis. O conselheiro Eduardo diz que no caso de homens com Câncer de Mama, são mais graves e a enfermeira Ana concorda, falando que o autoexame é muito importante, para a identificação. Nos dados de mamografia, fala que a oferta normal é de mil procedimentos, com solicitação de mil e duzentas mês. Hoje existe uma fila de espera de quinhentos e cinquenta e cinco mamografias. mas existe um déficit de 2 ano. Diz que precisamos de um mamógrafo novo, pois o do Hospital Universitário tem mais de 20 anos. A conselheira Cristiane diz que o do HU não é confiável, inclusive ter sido alvo de diagnóstico errado. A diretora Tânia fala que o mamógrafo do Hospital Nossa Senhora das Graças estava estragado, durante quase um mês e foram descobrir somente agora, através de denúncias e o conselheiro Rogério do Graças explicou que o equipamento é oriundo de leasing e de acordo com o contrato, a manutenção é responsabilidade da empresa, que tem contrato de manutenção. Diz que esta não conseguia a peça que estava estragada. Tinham a ideia de quitar com a verba da



emenda que viria, mas devido as constantes falhas do equipamento, mudaram de ideia e resolveram comprar outro, completando que não foi comunicado oficialmente, pois as vezes funcionava e outras dava pane. Para suprir a demanda não realizada, estão fazendo o dobro de mamografias. A secretaria Ana diz que nossa situação hoje é diferente, pois no mês de outubro do ano passado, os dois aparelhos estavam estragados e este ano os dois estão funcionando. O Presidente se dirige ao conselheiro Rogério e usa a sua manifestação, para exemplificar a importância de o representante da entidade estar presente. Diz que, somente no dia de hoje, já tivemos duas respostas rápidas e esclarecedoras. Começa a informar os serviços oferecidos e locais a serem executados, dizendo que as ultrassonografias Obstetricas só terá oferta no HU, numa média de cento e setenta a duzentas e dez, mês, sem oferta de ecocardiograma fetal, cuja fila de espera é de quatrocentos e noventa e duas gestantes. Fala que foram feitas cento e cinquenta e nove biópsias de colo uterino e quatrocentos e doze cauterizações químicas de pequenas lesões no último ano, acrescentando que será feita busca ativa de pessoas, sem exame preventivo de útero (CP), por mais de três anos, disponibilização de CP voltado a população trans e retomada dos grupos de tabagismo. Afirma que todos os procedimentos na linha da mulher são feitos em Canoas. No dia vinte e um de outubro algumas unidades, que serão informadas com antecedência, estarão abertas para atender as mulheres e os trans. A diretora Tania Otto, convida para a Caminhada das vitoriosas a ser realizada no dia dezoito de outubro. A conselheira Ana Viezzer explica que caso não chova, acontecerá, com saída no Parque Getúlio Vargas (Capão do Corvo), com início às 08:30 horas e finalizará no Hospital de Oncologia, anexo ao Hospital Nossa Senhora das Graças, a Liga de Soroptimistas recepcionarão os participantes com um coquetel, Completa que caso chova, o evento será transferido para o dia vinte e seis de outubro. O conselheiro Neidarlan aproveita para reclamar das condições da maca obstétrica, da UBS Mato Grande, que não apresenta as mínimas condições. A secretaria Ana responde que já está no depósito, faltando só transportar para lá. A conselheira Cristiane se preocupa com a projeção da secretária Ana, de cinquenta diagnósticos de Câncer de Mama, neste ano e a fila de espera existente e cobra a disponibilidade de mais ecografias mamárias e ecovaginais. A secretaria Ana informa que estão abrindo um chamamento destas duas ecografias, a fim de resolver a demanda reprimida e regularizar os pedidos, para que sejam atendimento no tempo ideal de trinta dias. Salaria que o Instituto Nacional do Câncer (INCA) fornece parâmetro de cálculo para o número de oferta de mamografia e ecografias mamárias, de no mínimo nove mil quatrocentos e vinte e sete por ano e para atender as solicitações dos profissionais de saúde, de catorze mil ano, sendo que a oferta é de oito mil duzentos e oitenta por ano. A conselheira Nedi, pergunta se os pedidos de exames serão feitos no dia 21/10/2023, a usuária só poderá fazer no próximo mês e se poderiam abrir a agenda duas vezes no mês. A secretaria Ana responde que foram solicitados 25% a mais de exames e que a ideia é não abrir duas vezes e sim, todos os dias. Estão buscando agilizar a disponibilidade. O conselheiro Ivo, denuncia que o aparelho de ecografia do HU, teria sido condenado pela Vigilância Sanitária e a secretaria Ana e a secretaria Fernanda dizem desconhecer esta informação. O conselheiro local Fraga, do CLS Iga a, cobra do diretor Santa Helena da Fundação, o fornecimento de fitas para a impressora de exames, pois lhe afirmaram que seria responsabilidade da Fundação de Saúde. O conselheiro Eduardo intervem, respondendo ao conselheiro local, que nas UBSs, a responsabilidade é da SMS. O diretor Santa Helena complementa que estão há quatro meses sem fita; mas que não é



responsabilidade da FMS. A servidora Camila da SMS, diz que, realmente não é com a Fundação e que a licitação foi relançada, pois a anterior deu deserta, O conselheiro Mário diz que a função de cobrar a falta de materiais é da gestora e o conselheiro Eduardo explica os motivos para que uma licitação tenha como resultado "deserta". A última pauta do dia, é o serviço de Oftalmologia, que deve ser apresentado pela Sra. Rocheli Munhoz (SMS), que não apresenta dados e se coloca a disposição para responder perguntas. O conselheiro Neidarlán cobra que são várias cadeiras estragadas e os profissionais só estão fazendo procedimentos paliativos e pergunta o que pode ser feito. A Sra. Rocheli responde que é comprar equipamentos. Diz que foram trocados os diretores e estão analisando a situação. Diz não tinham experiência e não sabiam o que fazer. Muitos processos Processos voltaram, para ser refeitos. Continua o conselheiro Neidarlán reclamando que na UBS Central Park, tinha três cadeiras, sendo uma estragada, há três meses e agora simplesmente pegaram uma e levaram para a UBS Mato Grande. A Sra. Roceli diz que tem que remanejar e ará isso quando achar necessário. O conselheiro Local Luiz, da UBS CAIC, pergunta qual o atendimento que as pessoas com deficiência terão, pois nada lhes é oferecido. O Presidente pede que seja mais específica e a Sra. Rocheli diz não entender, pois no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), tem e que alguns tipos de deficientes são atendidos lá e que estão tentando referenciar para o HU, os que ali não puderem ser atendidos. O Presidente reitera aos Sr. Luiz que seja mais específico e o Sr. Luiz responde e a diretora irá verificar a possibilidade, A Sra. Lucia Marcelino é clara dizendo que seu filho que é autista, é atendido em Igrejinha, pois os procedimentos exigem anestesia e pede que tenha atendimento em Canoas. O Presidente solicita a diretora Rocheli que verifique a situação dos pacientes autistas e traga os números e solução ao Conselho Municipal de Saúde. A conselheira Edna solicita que não seja somente de pacientes autistas, mas também, com outras deficiências. O conselheiro Eduardo interpreta, que pelo que percebeu, pacientes que precisam de uma sedação maior tem dificuldades não resolvidas e a diretora Rocheli, concorda que não estamos preparados para enfrentar estes casos. O conselheiro Ivo, ao se referir ao recolhimento de cadeiras de dentista não utilizadas, pergunta a diretora como vai ser feito e a Sra. Rocheli diz que só serão recolhidas as inservíveis pela Prefeitura. A conselheira Nedi reclama do procedimento da empresa que faz o conserto das cadeiras, pois pagamos pelas visitas e eles só fazem consertos paliativos, sem nenhuma operação de manutenção. A diretora responde que esta empresa está há muito tempo e que não entende como renovaram o contrato, se isentando de responsabilidade, pois o processo não é com a secretaria. Quando estava no setor de licitações, a empresa fazia a manutenção preventiva, mas hoje, não. A enfermeira Daiane questiona a Sra. Lucia que disse que fazia o transporte de seu filho a Igrejinha, pois quando estava na secretaria, o transporte era dado pelo gestor. A única dificuldade era que era avisado apenas, um dia antes e quando o familiar não podia ir junto, se tornava um problema. O conselheiro Saulo, do HPSC, utiliza sua experiência, como regulador e sugere afinar fluxos, porque quem sofre é o usuário, quando não consegue ser atendido e quando é encaminhado sem necessidade ao buco, atrapalhando o atendimento, pois sobrecarrega o profissional e inviabiliza o atendimento, no HPSC. A diretora Rocheli não entende o porquê de estarem encaminhando ao Pronto Socorro, pois eles têm três bucos. O conselheiro Presidente pergunta quem está encaminhando os pacientes para o HPSC e o enfermeiro Saulo responde que são as UBSs. O Presidente solicita a diretora Tania que oriente os gestores quanto a inviabilidade da conduta, pois não podem simplesmente encaminhar para



o Pronto Socorro. A diretora Rocheli concorda e irá verificar a possibilidade de reordenar os fluxos. O conselheiro secretário expõe que esta discussão, se assemelha a das equipes de Saúde Prisional e devem ser resolvidas de maneira negociável, internamente, pelos gestores e que o CMS não pode intervir no gerenciamento do processo técnico, só podendo alertar e contribuir para a resolução de “conflitos”. Devido ao horário avançado, muitos conselheiros não puderam permanecer e para evitar maiores prejuízos a organização, o Secretario da Mesa, pede permissão e se dirige a Plenária, solicitando seu parecer acerca da ata 14/2023, que foi encaminhado pelo grupo de WhatsApp do CMS, para análise e deliberação. O Presidente questiona os conselheiros se alguém tem alguma manifestação ou discordância e diante do silêncio da Plateia, coloca em votação a ata 25/10/2023, que é aprovada por treze votos favoráveis e nenhuma abstenção ou contrário. Continua a discussão e a enfermeira Daiane contribui com a colocação de que isso acontece fora de expediente e pergunta se o gestor do HPSC está no grupo de gestores, pois isto facilitaria . O conselheiro Santa Helena sugere que todos os atores do sistema, se reúnam para discutir o assunto e cheguem ao melhor protocolo a ser feito, em benefício do usuário, Reconhece que o maior problema da odontologia, está nos equipamentos. Isto produz demora e falta de qualidade do serviço. Está fazendo um relatório mostrando os problemas. Diz que o prefeito não está satisfeito, com o que está acontecendo. O Presidente informa que conversando com o secretário da Mesa, combinaram que na próxima reunião, será requisitada a presença das pessoas que são responsáveis, pelas licitações, que é atribuição da SMPG. Diz que na área de saúde é normal se passar a culpa de um para outro e a diretora Rocheli ficará responsável por trazer todos os esclarecimentos requeridos. A conselheira local Leticia, do Igara pergunta sobre uma paciente que conseguiu via judicial, um procedimento em que o médico exigiu uma consulta de estomatologia e o dentista, se nega a marcar, mesmo com ordem do juiz, a quem mandar. A diretora Rocheli diz que no CEO, tem, entomologista. A Sra. Camila da SMS diz que é pela Cidadania e o conselheiro Eduardo intervém explicando que a ordem judicial é encaminhada ao gestor, para providências e que se está sendo recebida pela Cidadania, está errada. A Sra., Camila entende e reconhece ter se confundido. O Presidente com a pauta vencida e devido ao horário avançado encerra a assembleia às 21:22 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.

